



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS
Procuradoria Jurídica

Parecer nº 006/2016

Projeto de Lei nº 44/2016, que dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos de som portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados nas vias e logradouros públicos que venham a perturbar o sossego público. Vício de Iniciativa. Inconstitucionalidade. Inteligência do art. 103, inciso V, da Lei Orgânica Municipal.

Trata-se de pedido de parecer formulado pelo Vereador Jansen Nogueira Charopem sobre o projeto de lei de sua autoria, que “dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos de som portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados nas vias e logradouros públicos que venham a perturbar o sossego público, e dá outras providências”. Recebido para parecer em 19/02/2016, sem processo atuado.

Vejamos a disposição da Lei Orgânica Municipal:

Art. 102. Compete privativamente ao Prefeito:

V - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

O que se vislumbra, em tese, é a configuração de ingerência entre Poderes, quando o Poder Legislativo trata de matéria eminentemente de competência do Poder Executivo, o que é vedado pela Constituição Federal:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Sobre o tema colaciona-se julgado exarado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

Ação direta de inconstitucionalidade - lei municipal 15.133, de 15 de março de 2010, de São Paulo - poluição sonora - vício de iniciativa não cabe ao vereador a autoria de lei municipal que se intromete na administração do município - ação procedente. (Relator(a): Eros Piceli; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: Órgão Especial; Data do julgamento:



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Procuradoria Jurídica

04/05/2011; Data de registro: 19/05/2011; Outros números:
990101285177) [grifo nosso]

Para Hely Lopes Meirelles (Direito Municipal Brasileiro, Malheiros, São Paulo, 12ª Ed., pp. 576/577), diz que *“todo o patrimônio municipal fica sob a administração do prefeito”*... e continua seus ensinamentos:

“A atribuição típica e predominante da Câmara é a normativa, isto é, a de regular a administração do Município e a conduta dos munícipes no que afeta aos interesses locais. A Câmara não administra o Município; estabelece, apenas, normas de administração. Não executa obras e serviços públicos; dispõe, unicamente, sobre sua execução. Não compõe nem dirige o funcionalismo da Prefeitura; edita, tão-somente, preceitos para sua organização e direção. Não arrecada nem aplica as rendas locais; apenas institui ou altera tributos e autoriza sua arrecadação e aplicação. Não governa o Município; mas regula e controla a atuação governamental do Executivo, personalizado no prefeito. Eis aí a distinção marcante entre a missão normativa da Câmara e a função executiva do prefeito; o Legislativo delibera e atua com caráter regulatório, genérico e abstrato; o Executivo consubstancia os mandamentos da norma legislativa em atos específicos e concretos de administração”.

Dessa forma, em tese, o Projeto de Lei nº 44/2016, reveste-se de inconstitucionalidade, em que pese o respeitável tema nele abordado.

Todavia, sugere-se, caso seja do interesse do emitente edil, que seja encaminhado como anteprojeto de lei complementar objetivando alterar o Código de Posturas Municipal aos fins que deseja que sejam alcançados, já que Legislativo Municipal não tem legitimidade para deflagrar processo legislativo sobre o tema proposto e dispor sobre a forma de realização de atividades no âmbito do município ou de definir como será desenvolvida a fiscalização ou ainda ditar parâmetros de poluição sonora ou qualquer outra modalidade de poluição.

Ademais, é de se ressaltar que a Lei Complementar nº 19/1996 – Código de Posturas, com alterações posteriores, trata do tema, vejamos:



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Procuradoria Jurídica

Art. 136 – É vedado perturbar o bem estar e o sossego público ou de vizinhanças com ruídos, barulhos, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma que ultrapassem os níveis máximos de intensidade fixados nesta Lei.

Art. 136B – São prejudiciais à saúde e ao sossego público emissões de ruídos superiores ao traçado pela Norma Brasileira Registrada – NBR 10.151 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Parágrafo único – Para os efeitos deste artigo, será utilizado como método para medição do nível de ruído, o contido na Norma Técnica Registrada 10.151 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, atendido o que dispõe, no que couber, esta Lei Complementar.

Art. 137 – Para impedir ou reduzir a poluição proveniente de sons ou ruídos excessivos, incumbe ao Município:

II – impedir o uso de quaisquer aparelhos, dispositivos ou motor de explosão que produza ruídos incômodos ou sons além dos permitidos;

*Art. 139A – Os sons produzidos por obra de construção civil, por fontes móveis e automotoras, assim compreendido os veículos automotor adaptados ou não para a divulgação de publicidade e propaganda comercial, e para tele-mensagens, estacionados ou em trânsito nas vias públicas da cidade, e por fontes diversas que fragrantemente perturbam o sossego a comunidade circundante, serão limitados pelos critérios estabelecidos na NBR 10.151, e no que couber, por esta Lei.
(sic)*

Art. 140 – Os níveis máximos de intensidade de som ou ruídos permitidos, são os seguintes:

a) em zonas residenciais sessenta (60) decibéis no horário compreendido entre sete (7) horas e vinte e quatro horas (24), medidos na curva “b” e quarenta e cinco (45) decibéis



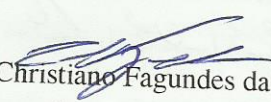
Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Procuradoria Jurídica

*das vinte e quatro horas (24) às (7) horas, medidos na curva
“a”. (sic)*

Assim, s.m.j., o parecer é pela inconstitucionalidade formal do Projeto de Lei
44/2016.

Sant'Ana do Livramento, 24 de fevereiro de 2016.


Christiano Fagundes da Silva
Procurador Jurídico